

MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023



Controlador Interno

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: CONTROLADOR INTERNO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto contextualiza as questões de **01 a 12**. Leia-o atentamente.

A metamorfose

Uma barata acordou um dia e viu que tinha se transformado num ser humano. Começou a mexer suas patas e descobriu que só tinha quatro, que eram grandes e pesadas e de articulação difícil. Acionou suas antenas e não tinha mais antenas. Quis emitir um pequeno som de surpresa e, sem querer, deu um grunhido. As outras baratas fugiram aterrorizadas para trás do móvel. Ela quis segui-las, mas não coube atrás do móvel. O seu primeiro pensamento humano foi: que vergonha, estou nua! O seu segundo pensamento humano foi, que horror! Preciso me livrar dessas baratas!

Pensar, para a ex-barata, era uma novidade. Antigamente ela seguia o seu instinto. Agora precisava raciocinar. Fez uma espécie de manto da cortina da sala para cobrir sua nudez. Saiu pela casa, caminhando junto à parede, porque os hábitos morrem devagar. Encontrou um quarto, um armário, roupa de baixo, um vestido. Olhou-se no espelho e achou-se bonita. Para uma ex-barata. Maquilou-se. Todas as baratas são iguais, mas uma mulher precisa realçar a sua personalidade. Adotou um nome: Vandirene. Mais tarde descobriu que só um nome não bastava. A que classe pertencia? Tinha educação? Referências? Conseguiu, a muito custo, um emprego como faxineira. Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, era uma boa faxineira.

Difícil era ser gente. As baratas comem o que encontram pela frente. Vandirene precisava comprar sua comida e o dinheiro não chegava. As baratas se acasalam num roçar de antenas, mas os seres humanos não. Se conhecem, namoram, brigam, fazem as pazes, resolvem se casar, hesitam. Será que o dinheiro vai dar? Conseguir casa, móveis, eletrodomésticos, roupa de cama, mesa e banho. A primeira noite. Vandirene e seu torneiro mecânico. Difícil. Você não sabe nada, bem? Como dizer que a virgindade é desconhecida entre as baratas? As preliminares, o nervosismo. Foi bom? Eu sei que não foi. Você não me ama. Se eu fosse alguém você me amaria. Vocês falam demais, disse Vandirene. Queria dizer, vocês, os humanos, mas o marido não entendeu; pensou que era vocês, os homens. Vandirene apanhou. O marido a ameaçou de morte. Vandirene não entendeu. O conceito de morte não existe entre as baratas. Vandirene não acreditou. Como é que alguém podia viver sabendo que ia morrer?

Vandirene teve filhos. Lutou muito. Filas do INPS. Creches. Pouco leite. O marido desempregado. Finalmente, acertou na esportiva. Quase quatro milhões. Entre as baratas, ter ou não ter quatro milhões não fazia diferença. A barata continuaria a ter o mesmo aspecto e a andar com o mesmo grupo. Mas Vandirene mudou. Empregou o dinheiro. Trocou de bairro. Comprou casa. Passou a vestir bem, a comer e dar de

comer de tudo, a cuidar onde colocava o pronome. Subiu de classe. (Entre as baratas, não existe o conceito de classe.) Contratou babás e entrou na PUC. Começou a ler tudo o que podia. Sua maior preocupação era a morte. Ela ia morrer. Os filhos iam morrer. O marido ia morrer — não que ele fizesse falta. O mundo inteiro, um dia, ia desaparecer. O sol.

O Universo. Tudo. Se espaço é o que existe entre a matéria, o que é que fica quando não há mais matéria? Como se chama a ausência do vazio? E o que será de mim quando não houver mais nem o nada? A angústia é desconhecida entre as baratas.

Vandirene acordou um dia e viu que tinha se transformado de novo numa barata. Seu penúltimo pensamento humano foi, meu Deus, a casa foi dedetizada há dois dias! Seu último pensamento humano foi para o seu dinheiro rendendo na financeira e o que o safado do marido, seu herdeiro legal, faria com tudo. Depois desceu pelo pé da cama e correu para trás de um móvel. Não pensava mais em nada. Era puro instinto. Morreu em cinco minutos, mas foram os cinco minutos mais felizes da sua vida. Kafka não significa nada para as baratas.

(**VERÍSSIMO**, Luís Fernando. *A metamorfose*. In: _____. *Ed Morte e outras histórias*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997, p. 32-33.)

Questão 01

De acordo com a leitura do texto, é possível concluir, em relação ao tema, que o texto aborda a temática da

- A) vida de uma barata em sua rotina diária.
- B) dificuldade de se adaptar a novas realidades.
- C) luta de uma mulher para superar seus problemas financeiros.
- D) angústia humana em relação à mortalidade e ao sentido da vida.

Questão 02

Quanto à tipologia e ao gênero textual, respectivamente, é correto afirmar que o texto é

- A) uma injunção e uma notícia.
- B) uma narração e uma notícia.
- C) uma narração e uma crônica.
- D) uma dissertação e uma crônica.

Questão 03

Sobre os sinais de pontuação, analise as afirmativas a seguir.

- I. No trecho “*Seu penúltimo pensamento humano foi, meu Deus, a casa foi dedetizada há dois dias!*” (6º§), as vírgulas foram usadas para isolar o vocativo.
- II. Em “*Mais tarde descobriu que só um nome não bastava.*” (2º§), o adjunto adverbial “*mais tarde*” deveria, obrigatoriamente, estar isolado por vírgula.
- III. Na frase “*Adotou um nome: Vandirene.*” (2º§), os dois pontos servem para indicar um aposto especificativo.
- IV. No trecho “*Se conhecem, namoram, brigam, fazem as pazes, resolvem se casar, hesitam.*” (3º§), as vírgulas separam orações independentes.

Está correto apenas o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 04

No trecho *“Ela quis segui-las, mas não coube atrás do móvel. O seu primeiro pensamento humano foi: que vergonha, estou nua! O seu segundo pensamento humano foi, que horror! Preciso me livrar dessas baratas!”* (1º§), os pronomes destacados se referem, respectivamente, a

- A) ela e baratas.
- B) baratas e Vandirene.
- C) baratas e primeiro pensamento humano.
- D) baratas e segundo pensamento humano.

Questão 05

Considerando o trecho *“Saiu pela casa, caminhando junto à parede, porque os hábitos morrem devagar.”* (2º§), assinale a afirmativa que justifica a correta ocorrência de crase.

- A) É facultativa junto às locuções adverbiais que indicam circunstância.
- B) É obrigatória junto às locuções adverbiais que indicam circunstância.
- C) É facultativa nas locuções adverbiais compostas por palavras femininas.
- D) É obrigatória nas locuções adverbiais compostas por palavras femininas.

Questão 06

Considere o trecho: *“Fez uma espécie de manto da cortina da sala para cobrir sua nudez.”* (2º§). *“Podemos afirmar que ‘para’ funciona como _____ que une _____, estabelecendo entre elas uma relação semântica de finalidade.”* Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) conjunção / orações dependentes
- B) preposição / palavras dependentes
- C) conjunção / orações independentes
- D) preposição / palavras independentes

Questão 07

Assinale a afirmativa na qual o se exerce a mesma função que em *“[...] achou-se bonita.”* (2º§)

- A) Fiscalizaram-se várias CNHs.
- B) Precisa-se de funcionários qualificados.
- C) Os garotos queixaram-se do mau atendimento.
- D) Inacreditavelmente, aqueles amigos parecem respeitar-se.

Questão 08

Considere o período: *“Vandirene acordou um dia e viu que tinha se transformado de novo numa barata.”* (6º§). Sobre a relação entre as orações que o compõem, pode-se afirmar que há

- A) uma oração coordenada sindética, uma principal e uma subordinada substantiva.
- B) uma oração coordenada assindética, uma principal e uma subordinada substantiva.
- C) uma oração coordenada assindética, uma coordenada sindética e uma subordinada adverbial.
- D) uma oração coordenada sindética, uma coordenada assindética e uma subordinada substantiva.

Questão 09

Considerando o trecho *“Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, [...]”* (2º§), assinale a afirmativa que justifica corretamente a colocação do pronome lhe.

- A) É obrigatório o uso da próclise quando houver palavras atrativas que justifiquem o adiantamento dos pronomes, como pronomes possessivos.
- B) É facultativo o uso da próclise quando houver palavras atrativas que justifiquem o adiantamento dos pronomes, como pronomes possessivos.
- C) É obrigatório o uso da próclise, caso o verbo não se encontre no início da frase nem haja situações que justifiquem o uso específico de outra forma de colocação pronominal.
- D) É facultativo o uso da próclise, caso o verbo não se encontre no início da frase nem haja situações que justifiquem o uso específico de outra forma de colocação pronominal.

Questão 10

Considere o seguinte período composto: *“Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, era uma boa faxineira.”* (2º§). Assinale a afirmativa em que, acrescentando-se um conectivo para unir as duas orações deste período, mantém-se seu sentido original.

- A) Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, mas era uma boa faxineira.
- B) Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, porque era uma boa faxineira.
- C) Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, por isso era uma boa faxineira.
- D) Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, embora fosse uma boa faxineira.

Questão 11

“Depois desceu pelo pé da cama e correu para trás de um móvel.” (6º§). São palavras acentuadas pelo mesmo motivo que “pé”, “trás” e “móvel”:

- A) crê – mês – ágil
- B) pás – fé – cálice
- C) piauí – herói – tátil
- D) refém – pós – afável

Questão 12

Observe os verbos destacados no trecho a seguir:

“Ela quis segui-las, mas não coube atrás do móvel. O seu primeiro pensamento humano foi: que vergonha, estou nua! O seu segundo pensamento humano foi, que horror! Preciso me livrar dessas baratas!” (1º§).

“Considerado o fato de o autor ter usado diferentes tempos verbais no mesmo trecho, pode-se afirmar que a utilização do passado elucida acontecimentos os quais _____ momento em que se passa a história e o presente indica quais acontecimentos, naquele momento narrado, _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) foram concluídos no / ainda aconteciam
- B) foram concluídos no / ainda aconteceriam
- C) foram concluídos no / se deram primeiramente
- D) se deram posteriormente ao / ainda aconteciam

O texto contextualiza as questões de **13** a **15**. Leia-o atentamente.

O que é uma correspondência oficial?

Carta, cartão postal, bilhetes, mensagens no *whatsapp*, *tweets* e *e-mail* são tipos de correspondências porque são meios de comunicação. Através deles é possível levar uma informação. Porém, os exemplos citados não são correspondências oficiais.

A correspondência oficial é a comunicação entre os órgãos do serviço público ou autárquico, na troca de informações de interesse comum ou das partes. Ou seja, isso significa que a linguagem da correspondência oficial é diferente da correspondência empresarial ou comercial. Contudo, ela deve obedecer aos princípios de impessoalidade, de uniformidade e de formalidade.

Para produzir uma correspondência oficial, entretanto, deve ser dado o tratamento impessoal aos assuntos que constam das comunicações, devendo-se observar os aspectos seguintes:

- ausência de impressões individuais de quem comunica;
- impessoalidade de quem recebe a comunicação;
- caráter impessoal do próprio assunto tratado.

No decorrer do tempo, várias tentativas de uniformização foram buscadas, quer pelos órgãos isolados, quer em conjunto, sem que se verificasse na concretização dessas medidas. Porém, em 1991, foi criada pela Presidência da República uma comissão que visava a essa uniformização. E, em 1992, foi elaborado o Manual de Redação da Presidência da República, com a finalidade de padronizar a redação das comunicações oficiais.

Diferenças entre redação e redação oficial.

Ambas costumam ser cobradas em concursos. A redação consiste no processo de escrever um texto. No caso de concursos públicos, geralmente é exigida do candidato a elaboração de um texto argumentativo-dissertativo, em que ele expõe e defende suas ideias.

Já a redação oficial é um conjunto de normas utilizadas pelo Poder Público para redigir seus documentos — tanto os internos quanto os externos —, de forma que a mensagem seja compreendida por todos os cidadãos. Essas normas podem ser encontradas em um documento, o Manual de Redação da Presidência da República.

O que esse Manual procura fazer é trazer para os documentos oficiais os princípios que regem a Administração Pública, contidos no Artigo 37 da CRFB/1988. O próprio Manual destaca que “sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda Administração Pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais”.

Diferença entre comunicação e redação oficial.

Ainda na escola, você aprende uma série de regras para entregar seus textos de forma apresentável ao professor – e leva isso ao fim do ensino médio, quando precisa escrever a redação do Enem. Mas quem está na carreira pública ou precisa ter algum tipo de interface com esse ambiente, também precisa se adequar ao estilo próprio de escrita e comunicação, o que é conhecido por redação oficial.

A redação oficial pode ser definida também como a forma de redigir correspondências, processos e documentos atribuídos à Administração Pública.

Os canais para direcionar cada mensagem oficial também carregam suas próprias características. Também chamada de expediente, a comunicação oficial trata dos documentos em si. Já a redação oficial, termo mais comumente encontrado, é o estudo dos documentos oficiais. Ou seja, a redação é o manejo, utilização e interpretação de comunicações oficiais.

(ECKEL, Bruna. *O que é uma correspondência oficial? Disponível em: <https://noticiasconcursos.com.br/o-que-e-uma-correspondencia-oficial/>. Acesso em: 20/04/2023. Fragmento.)*

Questão 13

Considerando o trecho “[...] foi criada pela Presidência da República uma comissão que visava a essa uniformização.” (4º§), em relação às normas de regência verbal e da ocorrência de crase, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O verbo *visar*, no sentido de ter por fim ou objetivo, ter em vista, deve ser usado como transitivo indireto, com a preposição *q*.
- () A ocorrência de crase é facultativa antes dos pronomes demonstrativos femininos *esta* e *essa*.
- () Se o verbo *visar* estivesse em sua forma infinitiva, a preposição *a* seria dispensável.
- () Não ocorre crase antes dos pronomes demonstrativos femininos *esta* e *essa*. Crase só pode haver com demonstrativos que se iniciam por “a” — aquele, aquela, aqueles, aquelas, aquilo.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, V, F.
- D) V, F, V, V.

Questão 14

Sobre os princípios de impessoalidade, uniformidade e formalidade da redação oficial, analise as afirmativas a seguir.

- I. A uniformidade diz respeito à padronização, tanto em seu texto quanto em sua apresentação, como clareza datilográfica, uso de papéis uniformes e correta diagramação, por exemplo.
- II. A formalidade na comunicação oficial é expressa através da impessoalidade, do uso do padrão culto da língua e/ou nível culto ou formal, do emprego dos pronomes de tratamento, vocabulário apurado e dos fechos para comunicação.
- III. Em virtude das diferentes identidades culturais do território brasileiro, regionalismos vocabulares devem fazer parte da redação de atos e expedientes oficiais.
- IV. A impessoalidade é acatada na redação oficial, desde que não represente pobreza de expressão.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.

Questão 15

De acordo com o texto, pode-se inferir que a redação oficial se trata

- A) do processo de escrever um texto.
- B) da comunicação entre órgãos do serviço público ou autárquico.
- C) de um conjunto de normas utilizadas pela iniciativa privada para redigir seus documentos.
- D) de um conjunto de normas utilizadas pela Administração Pública para redigir seus documentos.

LEGISLAÇÃO

Questão 16

Antônio ocupa um cargo público na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem-MG, assinale a afirmativa correta.

- A) Se o ingresso de Antônio foi por nomeação, pode se afirmar que o provimento se classifica como derivado e depende de publicação do ato no diário oficial.
- B) Antônio não é concursado e exerce função de gerenciamento de pessoas; logo, pode-se afirmar que o cargo que ele ocupa é de livre nomeação e exoneração.
- C) Ao submeter-se ao concurso público, caso Antônio fosse estrangeiro, não poderia ser investido no cargo, já que o acesso é limitado a brasileiros natos e naturalizados.
- D) Para tomar posse no cargo público, Antônio teve que comprovar o gozo de direitos políticos, a boa saúde física e mental, a idade mínima de dezoito anos e a escolaridade de nível superior.

Questão 17

Mariângela exerce o cargo de magistério efetivo na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Considerando o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos deste município, assinale a afirmativa correta.

- A) Mariângela teve trinta dias, contados da publicação de sua nomeação, para a investidura no cargo.
- B) A posse de Mariângela poderia ser adiada; contudo, o ato é pessoal e não poderia se dar por procuração.
- C) Caso Mariângela não tomasse posse no prazo marcado pela Administração, seria exonerada do cargo efetivo.
- D) Mariângela, caso estivesse temporariamente doente na data da posse, teria o ato de nomeação tornado sem efeito.

Questão 18

Maurício ocupa cargo público de nível superior na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 22/2022, Maurício pode contar como tempo de serviço, EXCETO:

- A) Folga no dia do aniversário do filho.
- B) Ausência de um dia para doar sangue.
- C) Participação como jurado no Tribunal do Júri.
- D) Desempenho de mandato eletivo de Deputado Federal.

Questão 19

Dagberto trabalha na Prefeitura Municipal de Santana da Vargem-MG em um cargo de nível médio. Conforme previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem-MG, assinale a afirmativa correta.

- A) Se houver alguma restrição de saúde, verificada em inspeção médica, Dagberto pode ser revertido, temporariamente, para outro cargo efetivo.
- B) Dagberto somente adquire a estabilidade após três anos de efetivo exercício, tendo como condição a aprovação em avaliação de desempenho.
- C) Caso Dagberto venha a ser demitido indevidamente do cargo, a Administração deverá, de ofício, providenciar sua recondução ao cargo de origem.
- D) Se Dagberto sofre uma limitação física definitiva, mas que não caracterize incapacidade permanente, poderá ser readaptado em cargo de nível superior.

Questão 20

Letícia é médica na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos deste município, o cargo de Letícia

- A) será acumulável com outro cargo, desde que também seja de formação de nível superior.
- B) ficará vago se tomar posse em um outro cargo efetivo de nível médio, em qualquer hipótese.
- C) ficará vago se tomar posse em um cargo de professor, mesmo que haja compatibilidade de horários.
- D) ficará vago se tomar posse em um outro cargo de médico, mesmo que haja compatibilidade de horários.

Questão 21

Leandro atua como Contador efetivo na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Considerando a Lei Complementar Municipal nº 22/2022, Leandro NÃO poderá ser cedido para:

- A) Empresa Pública Federal.
- B) Sociedade de economia estadual.
- C) Consórcio público intermunicipal.
- D) Empresa privada com sede no município.

Questão 22

Matheus ensina Direito Municipal em uma Associação de moradores de Santana da Vargem-MG. Em uma aula precisou explicar quais são as competências do município. NÃO deve constar na aula, para que esteja em conformidade com a Lei Orgânica do Município:

- A) Estabelecer normas de edificação, loteamento, arruamento e zoneamento urbano e rural, bem como suas limitações urbanísticas.
- B) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.
- C) Estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários, e adquirir bens.
- D) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, a segurança pública e o sistema socioeducativo para atos infracionais.

Questão 23

Elisângela é servidora ocupante de cargo em comissão na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Conforme previsto na Lei Federal nº 8.429/1992, ela

- A) não se sujeita a sanções da Lei de Improbidade Administrativa.
- B) se sujeita ao dever de declarar bens, mesmo ocupando mero cargo de confiança.
- C) terá a suspensão dos direitos políticos se atentar contra os princípios da Administração.
- D) terá a cassação dos direitos políticos se praticar grave ato que resulte em enriquecimento ilícito.

Questão 24

Elton é trabalhador efetivo na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Considerando o que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa, ele pratica crime se

- A) exercer suas funções em concomitância com uma atividade privada.
- B) praticar Ato de Improbidade Administrativa tipificado como enriquecimento ilícito.
- C) praticar Ato de Improbidade Administrativa que caracterize prejuízo ao erário.
- D) denunciar falsamente um colega, que se sabe inocente, por Ato de Improbidade Administrativa.

Questão 25

Beatriz, no exercício de um cargo em comissão na Prefeitura de Santana da Vargem-MG, agindo com dolo, liberou recursos de uma parceria firmada com a entidade privada Brilho de Luz, sem a observância das normas pertinentes. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a tipificação do ilícito praticado por Beatriz:

- A) Prejuízo ao erário.
- B) Enriquecimento ilícito.
- C) Aplicação indevida de benefício.
- D) Atentado contra os princípios da Administração Pública.

Questão 26

Tobias foi eleito Vereador em Santana da Vargem-MG; de acordo com a Lei Orgânica do Município, desde a diplomação, a ele é vedado:

- A) Firmar contrato com o município.
- B) Ser proprietário de empresa no município.
- C) Ocupar cargo em comissão de livre exoneração.
- D) Ocupar cargo efetivo na Administração Municipal.

Questão 27

Nos termos da Constituição Federal, considerando que a população do município de Santana da Vargem-MG, conforme dados do IBGE era de 7.231 habitantes em 2010 e que a população estimada em 2021 era de 7.047 pessoas, pode-se afirmar que o quantitativo de vereadores nas próximas eleições

- A) passará a ser sete.
- B) passará a ser onze.
- C) não sofrerá alteração.
- D) será reduzido em um representante.

Questão 28

Cleide está estudando as Leis Complementares do Município de Santana da Vargem-MG, nos termos da Lei Orgânica do Município, não faz parte dos estudos de Cleide:

- A) Lei do Plano Diretor.
- B) Lei Orçamentária Anual.
- C) Código Tributário Municipal.
- D) Código de Postura Municipal.

Questão 29

Walace foi eleito Prefeito do Município de Santana da Vargem-MG, conforme previsto na Lei Orgânica do Município, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, deverá publicar o relatório

- A) da execução orçamentária.
- B) das licitações e contratos firmados.
- C) de concessão de aposentadorias e pensões.
- D) dos empréstimos e operações de crédito de ICMS.

Questão 30

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Santana da Vargem-MG, assinale a afirmativa correta.

- A) Um dos princípios da Administração Pública expressos na norma municipal é o da razoabilidade.
- B) É vedada a criação de subsidiárias de empresas estatais municipais prestadoras de serviços públicos.
- C) Um dos princípios da Administração Pública expressos na norma municipal é o da participação popular.
- D) É vedada a associação sindical do servidor público vinculado ao setor de saúde ou ao de educação fundamental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

Considerando o exposto no Art. 37 da Constituição Federal: “administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”, analise afirmativas a seguir.

- I. Entende-se como Princípio da Impessoalidade da Administração Pública o tratamento isonômico perante todos que compõem a sociedade, prezando pelo interesse da coletividade.
- II. O Princípio da Publicidade decorre do cerceamento dos atos administrativos, almejando a transparência e o conhecimento por todos que compõem a sociedade.
- III. A Administração Pública possui autonomia para apartar da legislação, devendo portar-se em conformidade com a lei – é o que norteia o Princípio da Legalidade.
- IV. É dever da Administração Pública realizar suas atividades com eficiência, rapidez e plenitude, conforme dita o Princípio da Eficiência.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) III e IV.

Questão 32

A aquisição de produtos e serviços pelo poder público é norteada através das modalidades de licitação, as quais estão expressas no dispositivo 28 da Lei nº 14.133/2021, sendo elas: **pregão; concorrência; concurso; leilão; e, diálogo competitivo. Sobre as modalidades licitatórias, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) O diálogo competitivo é a modalidade em que a Administração Pública conversa com os licitantes anteriormente selecionados para escolher uma boa solução através de critérios objetivos.
- B) O pregão é a modalidade licitatória empregada em contratações de serviços técnicos de predominância intelectual, no qual o critério de julgamento será o menor preço ou maior desconto.
- C) Na modalidade concurso poderá ser escolhida qualquer pessoa interessada para a realização de trabalhos artísticos, científicos ou técnicos, sendo o critério para escolha aquele que possuir a melhor técnica ou conteúdo artístico.
- D) O leilão é a modalidade de licitação em que é possibilitado a qualquer interessado realizar alienação de bens móveis e imóveis ou bens legalmente apreendidos, sendo o bem entregue àquele que oferecer o maior lance.

Questão 33

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- II. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- III. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou administrativa, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado ou esgotamento das instâncias administrativas.
- IV. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 34

Estabelece o Art. 5º, XIII da Constituição da República Federativa do Brasil: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Trata-se de norma constitucional de eficácia:

- A) Plena.
- B) Contida.
- C) Limitada.
- D) De conteúdo programático.

Questão 35

Considerando a Lei de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, analise as afirmativas a seguir.

- I. Tal normativa dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural e pessoa jurídica de direito público ou privado.
- II. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos: o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião; a inviolabilidade da intimidade, honra e imagem; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.
- III. Considera-se dado pessoal sensível: tão somente o conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- IV. Considera-se dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 36

Sobre a identificação dos recursos federais transferidos aos municípios, analise as afirmativas a seguir.

- I. As transferências intergovernamentais constitucionais ou legais podem ser contabilizadas pelo ente transferidor como uma despesa ou como dedução de receita, dependendo da forma como foi elaborado o orçamento do ente. No entanto, em se tratando de transferências voluntárias, a contabilização deve ser como despesa.
- II. As transferências intergovernamentais ocorrem entre esferas distintas de governo, não guardando relação, portanto, com as operações intraorçamentárias ocorridas no âmbito do orçamento de cada ente.
- III. No caso de transferências legais ou constitucionais, o ente receptor deve reconhecer um direito a receber (ativo) no momento da arrecadação pelo ente transferidor em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, não impactando o *superavit* financeiro.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 37

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, para a realização de transferências voluntárias, o beneficiário deve comprovar, EXCETO:

- A) Incapacidade orçamentária de contrapartida.
- B) Cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.
- C) Observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal.
- D) Estar em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

Questão 38

Sobre auditoria na Administração Pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A auditoria é um processo não cumulativo e não reiterado.
- B) Os auditores devem se manter independentes, de modo que seus relatórios sejam imparciais e sejam vistos como tal pelos usuários legalmente previstos e por toda sociedade.
- C) A atitude do auditor deve ser caracterizada pelo ceticismo e pelo julgamento profissional, que devem ser aplicados quando tomam decisões sobre o curso de ação apropriado.
- D) Os procedimentos de controle de qualidade devem abranger questões tais como direção, revisão e supervisão do processo de auditoria e necessidade de consulta, a fim de alcançar decisões em assuntos difíceis ou controversos.

Questão 39

Considerando os fundamentos legais e técnicos da contabilidade aplicável ao setor público, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O Princípio da Economicidade está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. Neste sentido, na Administração Pública, os controles devem ser simplificados quando se apresentarem como meramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.
- () Referente à execução orçamentária e consoante disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, entende-se por delegação a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do ente delegante.
- () O gestor público e os servidores responsáveis pelo controle interno devem dissociar a forma de pactuação da movimentação de recursos do meio ou instrumento pelo qual ela se materializa. Deste modo, uma delegação (forma) pode ser materializada por meio de um convênio (meio ou instrumento).
- () Regra geral, as transferências de recursos na Administração Pública devem ser realizadas, em termos de ação orçamentária, por meio de operações especiais, enquanto as delegações devem se referir a projetos e atividades.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, V, F, F.

Questão 40

Tendo por base conceitos relativos à contabilidade geral e à contabilidade aplicada à Administração Pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A Lei nº 4.320/1964 atribui viés eminentemente financeiro ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente.
- B) Qualquer alteração relevante no patrimônio líquido de uma entidade, seja pelo valor ou pela natureza da informação, deve ser divulgada em notas explicativas.
- C) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.
- D) Na Administração Pública, a informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (um) Parecer Técnico/Jurídico relacionado ao conteúdo dos temas abordados. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Terá os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 60 (sessenta) linhas, sob pena de perda de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de pontuação serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	11 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:	
Número de erros	Pontuação
Nenhum	9,00
De 1 a 5	8,40
De 6 a 10	7,80
De 11 a 15	7,20
De 16 a 20	6,60
De 21 a 25	6,00
De 26 a 30	5,40
De 31 a 35	4,80
De 36 a 40	4,20
De 41 a 45	3,60
De 46 a 50	3,00
De 51 a 55	2,40
De 56 a 60	1,80
De 61 a 65	1,20
De 66 a 70	0,60
Acima de 70	0,00
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com, no mínimo, duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

Em 28/09/2021, o município de Santana da Vargem-MG e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional firmaram o Convênio nº 911.161/2021. Em consulta ao site oficial do Governo Federal, em 27/04/2023 (Disponível: <https://discricionarias.transferegov.sistema.gov.br/>), foi possível obter as seguintes informações a respeito do citado convênio:

Valor Global	R\$ 337.448,45
Repasse Federal	R\$ 192.000,00
Contrapartida Financeira	R\$ 145.448,45
Vigência	29/09/2021 a 29/09/2024
Data-limite para prestação de contas	28/11/2024
Objeto	“Aquisição de Equipamentos”
Relação entre a proposta e os objetivos e diretrizes do programa	“O apoio a estruturação produtiva, por meio dessa aquisição auxiliará na realização de obras e adequação de estradas.”
Problema a ser resolvido	“A dificuldade do município em realizar algumas obras de estruturação que visem a atender a população.”
Cronograma Físico	“Retroescavadeira com peso operacional mínimo de 6.500 kg motor a <i>diesel</i> , que deve atender às exigências ambientais; potência líquida mínima de 80 hp; transmissão com, no mínimo, (...); direção tipo hidrostática ou hidráulica; compartimento do operador com cabine, equipada com ar condicionado, toldo, parabrisa com limpador e lavador; capacidade de caçamba e da pá de 0,90 ³ , capacidade de caçamba da retro mínima de 0,20 m ³ , pneus dianteiros mínimo de 10,5 x 16 e traseiros mínimos de 14,0 x 24.”
Plano de Aplicação Detalhado	Total de bens: R\$ 337.448,45
Nota de Empenho	2021NE000165 de 15/07/2021 no valor de R\$ 192.000,00
Ordens bancárias do Governo Federal	A desembolsar: R\$ 192.000,00 Desembolsado: R\$ 0,00
Ajuste no Plano de Trabalho	Nenhum registro encontrado.
Processo de execução	Nenhum registro encontrado.

Considere, hipoteticamente, que o chefe do Poder Executivo Municipal de Santana da Vargem-MG, ciente da importância de se executar o convênio em questão, requisitou ao Controlador Interno desta localidade que, oficialmente, lhe esclarecesse sobre o andamento do citado convênio. Tendo por base, exclusivamente, as informações disponibilizadas no site oficial do Governo Federal, as quais foram transcritas para o quadro anterior, elabore um Parecer Técnico abordando os seguintes aspectos:

- Atendimento ao princípio constitucional da eficiência na Administração Pública. Explique.
- Se houve efetivo repasse dos recursos por parte do Governo Federal, haja vista a emissão da Nota de Empenho. Explique.
- Sendo dado prosseguimento à execução do objeto do convênio, com a adoção de processo licitatório a partir de maio/2023, qual normativa deverá embasar o certame? Lei nº 8.666/1993 ou Lei nº 14.133/2021? Explique.
- Considerando as modalidades de licitação das Leis nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2022 (concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão) e as modalidades de licitação da Nova Lei de Licitações: Lei nº 14.133/2021 (pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo), em sendo instaurado procedimento licitatório a partir de maio/2023, qual a modalidade mais ágil e adequada para a aquisição do objeto a ser financiado com recursos do convênio? Explique.

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

PROVA DISCURSIVA – PARECER TÉCNICO/JURÍDICO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO







INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com a respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior completo (exceto Procurador Municipal); 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para o cargo de nível Superior – Procurador Municipal; 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível Médio e Médio/Técnico; e, 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Fundamental Incompleto.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à função a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva para os cargos de Advogado do SUAS; Controlador Interno; e, Procurador) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de Nível Fundamental Incompleto e Nível Médio; 4 (quatro) horas para os cargos de Nível Superior Completo; e, 5 (cinco) horas para o cargo de Procurador Municipal. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva para os cargos de Advogado do SUAS, Controlador Interno e Procurador).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas (Prova Objetiva) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva para os cargos de Advogado do SUAS; Controlador Interno; e, Procurador) devidamente assinados, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.